

Às Margens da Memória: disputas, silêncios e narrativas a partir do Museu da Inconfidência em Ouro Preto

On the Margins of Memory: disputes, silences, and narratives based on the Inconfidência Museum in Ouro Preto

Ana Conrado Ferreira Rocha¹, UFOP

Pedro Henrique de Castro Falci², UFOP

Resumo

Este artigo visa discutir os mecanismos narrativos, intrínsecos às instituições museais, que funcionam enquanto ferramentas de legitimação e silenciamento das memórias, hierarquizando-as de forma a empreender uma privatização do passado nacional. Para tanto, analisamos a questão a partir do que se pode observar no contexto do Museu da Inconfidência e da cidade de Ouro Preto (MG). Através da análise, concluímos que, apesar dos esforços para que o Museu da Inconfidência possa alargar suas margens, as fronteiras, tanto simbólicas, quanto espaciais, são parte inerente a sua criação, sendo necessário, portanto, maiores esforços para transpô-las.

Palavras-chave: Museu da Inconfidência; Ouro Preto; SPHAN; Museu; Memória.

Abstract

This article aims to discuss the narrative mechanisms intrinsic to museum institutions, which function as tools for legitimizing and silencing memories, hierarchizing them in order to undertake a privatization of the national past. To this end, we analyze the issue based on what can be observed in the context of the Museum of Inconfidência and the city of Ouro Preto (MG). Through our analysis, we conclude that, despite efforts to broaden the scope of the Museum of Inconfidência, its symbolic and spatial boundaries are an inherent part of its creation, and greater efforts are therefore needed to overcome them.

Keywords: Inconfidência Museum; Ouro Preto; SPHAN; Museum; Memory.

Introdução: o Museu como fronteira da representação da Nação

O conceito de fronteira se destaca por seu caráter interdisciplinar e está inerentemente atrelado às relações de poder que regem o meio social em suas diferentes escalas. Isto posto, parte-se do entendimento de que as fronteiras são determinadas a partir de critérios elaborados pelos administradores da sociedade, geralmente agindo de acordo com seus próprios interesses políticos, econômicos ou institucionais (Newman, 2006, p. 175). Diante dessa afirmação, é relevante compreender a fronteira não apenas em seu aspecto concreto e

¹Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS/UFOP) e graduada pela mesma instituição.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS/UFOP) e graduado pela mesma instituição.

geográfico, inscrito espacialmente, mas também no que se conhece por fronteira simbólica. Sobre isso, as sociólogas Michèle Lamont e Virág Molnár afirmam que

Symbolic boundaries are conceptual distinctions made by social actors to categorize objects, people, practices, and even time and space. They are tools by which individuals and groups struggle over and come to agree upon definitions of reality. Examining them allows us to capture the dynamic dimensions of social relations, as groups compete in the production, diffusion, and institutionalization of alternative systems and principles of classifications. [...] They are an essential medium through which people acquire status and monopolize resources. Social boundaries are objectified forms of social differences manifested in unequal access to and unequal distribution of resources (material and nonmaterial) and social opportunities (Lamont; Molnár, 2002, p. 168).³

Dessa forma, as fronteiras simbólicas atuam igualmente de modo a estabelecer grupos sociais, gerando sentimentos comuns de similaridade e pertencimento. Partindo deste entendimento, é possível apreender o museu enquanto fronteira simbólica, uma vez que se destaca como pilar da narrativa nacional oficializada, sendo engrenagem basilar da memória coletiva, nos termos postos por Halbwachs (2013).

É igualmente relevante ressaltar que o espaço museal, enquanto lugar de memória (Nora, 1993), reproduz silenciamentos inerentemente violentos, que remontam ao que Quijano (2005) entende como colonialidade do poder. Diante disso, é importante sublinhar que toda narrativa histórica se configura como conjunto específico de silêncios (Trouillot, 2016). No entanto, é igualmente necessário o entendimento de que, como afirma Le Goff (1990), os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores de mecanismos de manipulação dessa mesma memória coletiva, elemento essencial nos campos de batalha das forças sociais pelo poder.

Logo, os museus estabelecem um fundo comum de referências organizadas por um enquadramento de memória (Pollak, 1989) que fornece um fundo ideológico e identitário para o Estado nacional. No caso brasileiro, nação emergida de um processo de colonização e sistematicamente governada em nome das oligarquias, a violência é expressa no conjunto de

³Tradução nossa: “As fronteiras simbólicas são distinções conceituais feitas por atores sociais para categorizar objetos, pessoas, práticas e até mesmo tempo e espaço. São ferramentas pelas quais indivíduos e grupos lutam e chegam a um acordo sobre as definições da realidade. Examiná-las nos permite captar as dimensões dinâmicas das relações sociais, à medida que os grupos competem na produção, difusão e institucionalização de sistemas e princípios alternativos de classificação. [...] Elas são um meio essencial pelo qual as pessoas adquirem status e monopolizam recursos. As fronteiras sociais são formas objetificadas de diferenças sociais que se manifestam no acesso desigual e na distribuição desigual de recursos (materiais e não materiais) e oportunidades sociais.” (Lamont; Molnár, 2002, p. 168).

signos e significados do espaço museal, lugar no qual as elites tradicionais tiveram seu capital simbólico acumulado e sacralizado. Dessa forma, compreendemos este espaço de memória institucionalizada como zona de conflito (Clifford, 2016) entre uma memória hegemônica e uma memória subterrânea (Pollak, 1989), inscrita em um não-dito.

Além disso, a partir de Bruno Brulon (2020), pode-se afirmar que aquilo que é materializado no espaço museal é produto de um processo complexo e politicamente determinado que intitulamos teoricamente de musealização. Musealizar, assim, é uma forma de construir consenso sobre o valor e sobre a matéria. Enquanto dispositivos, em sua maioria criados por um Estado cuja centralidade não deixou escapar o patrimônio cultural, os museus possuem uma dupla operação valorativa. Isso porque, ao mesmo tempo em que produzem valor, eles também são o resultado de negociações do próprio consenso sobre o valor. Por conseguinte, são reproduzidas materialmente as hierarquias de poder e saber que conformam aquilo que se entende por Nação.

Assim, utilizando da definição estabelecida por Duncan Cameron (1971), entende-se que o museu configura-se como um templo no qual as classes dirigentes da sociedade consagraram sua versão da história a partir do que elas apreendem como significativo e valioso. Dessa maneira, ainda segundo Cameron, ao deixar de oferecer uma interpretação significativa e plural de sua coleção, o museu acaba por incentivar interpretações e posicionamentos destrutivos em relação aos sujeitos subjugados por sua expografia, traçando uma fronteira entre quem é reconhecido ou não enquanto parte constitutiva da nação.

Diante disso, é possível compreender o museu não apenas como fronteira espacial entre um capital simbólico incorporado, ou neste caso, institucionalizado, e o cidadão, mas também e principalmente enquanto fronteira simbólica que delimita uma identidade nacional excludente, em detrimento de outras subjetividades que compõem o corpo social de uma nação.

Ouro Preto, Museu da Inconfidência e a fronteira da representatividade

Localizado na praça Tiradentes, coração da cidade de Ouro Preto, o Museu da Inconfidência registrou 347 mil visitantes⁴ no ano de 2024, batendo recorde de visitação e se mantendo no ranking dos museus mais visitados do Brasil (Julião, 2009). No mesmo ano, a instituição passou a integrar a rede da Unesco de Lugares Históricos das Rotas do Povos

⁴Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/turismo/noticia/4517> Acesso em: 27/01/2025.

Escravizados⁵. De acordo com a Unesco,⁶ a nomeação de 22 lugares para a rede de Lugares é parte da celebração dos 30 anos do programa Rotas dos Povos Escravizados, que tem como objetivo 1) desconstruir os discursos fundamentados no conceito de raça que justificavam esses sistemas de exploração; 2) promover as contribuições das pessoas de ascendência africana para o progresso geral da humanidade e 3) questionar as desigualdades sociais, culturais e econômicas herdadas da escravização e do tráfico de escravizados.⁷

A titulação dada ao Museu da Inconfidência sugere uma expansão da narrativa mnemônica, inscrita no que Marcelo Abreu (2023) aponta como uma cultura contemporânea da memória⁸. Tal alargamento se dá, segundo o autor, devido a intensificação do debate acerca da escravidão no campo público a partir dos anos 1990, que, por consequência, acarretou uma série de políticas e medidas que se voltam para a discussão do tema⁹. O movimento ocorre simultaneamente ao que Hall (1993) aponta como uma autoridade decrescente de narrativas hegemônicas, que privilegiam uma versão do passado que desconsidera as experiências de grupos marginalizados durante os processos históricos, fundamentando-se sistematicamente nas experiências de apenas alguns ou um grupo social específico.

Assim, pode-se perceber, como fruto da ampliação do debate sobre a escravidão, o surgimento de uma política contemporânea de memória, fundamentada em aspectos tais como: 1) a configuração de identidades sociais a partir da lembrança de eventos traumáticos e violentos; 2) o entrelaçamento de memórias conflitantes; 3) a emergência de uma ética internacional relacionada a memória e 4) as mudanças na memória cultural a partir das agências de novos atores e tecnologias.

O título, apesar de atribuído ao Museu da Inconfidência especificamente, é um marco para o território da cidade de Ouro Preto que, além de ser o primeiro monumento nacional

⁵ Disponível em: <https://www.ouropreto.mg.gov.br/noticia/4369> Acesso em: 27/01/2025.

⁶ Disponível em: <https://www.unesco.org/pt/articles/rotas-dos-povos-escravizados-primeiros-22-locais-aderem-nova-rede-de-lugares-de-historia-e-memoria> Acesso em: 27/01/2025.

⁷ Disponível em: <https://www.unesco.org/en/routes-enslaved-peoples> Acesso em: 28/01/2025.

⁸ De caráter anterior a este movimento apontado por Abreu, podemos apontar também o papel da Carta de Santiago (1972) para a discussão museológica no que tange representatividade e memória. Há de se mencionar também uma movimentação antecessora da intensificação da discussão, com o registro do Terreiro da Casa Branca, na Bahia, em 1985, a demarcação da terra Kalunga, em Goiás, 1992, e o Museu Afro brasileiro de Salvador, em 1992.

⁹ Como exemplo, podemos citar a criação de instituições museais voltadas para a discussão no Brasil e no mundo. Como é a Cape Coast Castle Museum em Gana, o Slave Lodge na África do Sul, o Memorial da Ilha Gorée, pronunciamento oficiais de chefes de estados ocidentais, como o é o caso de Lula e Bill Clinton ao visitarem países que sofreram com o tráfico escravista e políticas de reconhecimento de comunidades remanescentes de quilombo, como é Palmares em 2007.

tombado pelo Estado Brasileiro, em 1933, é também o primeiro lugar brasileiro registrado como Patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco (Ribeiro, 2022). Tais títulos atraem milhares de visitantes que chegam à cidade com a expectativa de experienciar um estreito contato com o passado. Passado este que parte de uma pretensa nacionalidade brasileira una, reconhecido pela sua relevância para a humanidade e que agora também se inscreve oficialmente enquanto pilar da memória dos povos escravizados.

Inaugurado em 1944, após criação a partir do decreto-lei nº 965 de 1938, o Museu da Inconfidência nasce com o encargo cívico e simbólico de — além de ser o lugar definitivo para os restos mortais dos homens que participaram da Inconfidência Mineira —

[...] colecionar as coisas de vária natureza relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que constituam documentos expressivos da formação de Minas Gerais (Brasil, 1938, v.4, p. 298).

De acordo com Julião (2009), a criação do Museu da Inconfidência, juntamente com o Museu do Ouro, em Sabará, o Museu do Diamante, em Diamantina e o Museu Regional, em São João- Del Rey, representa um novo momento no cenário dos museus do Brasil. Os museus criados no início do último século pretendiam narrar através de objetos, a sociedade do passado brasileiro.

Com o Sphan, uma nova matriz histórica ganha os espaços dos museus. Em lugar do Império, tornam-se protagonistas do passado a sociedade setecentista, a arte colonial, a estética barroca e o movimento da Inconfidência. Categorias de objetos antes valorizadas caem no ostracismo e novas tipologias de acervos, assim como formas inéditas de exibi-los, comandam as experiências museais do Sphan. O privilégio dos saberes eruditos e antiquários, assim como o foco exclusivo no passado, cedem lugar ao interesse cognitivo e colecionista mais abrangente, que se estende ao campo da arte e da estética. À paixão colecionadora pelas coisas antigas, típica de antiquários e amadores, o Sphan, sob a direção de Rodrigo M. F. de Andrade, buscou imprimir um caráter científico às coleções dos museus, assim como o fez no trato de todo o patrimônio (Julião, 2009, p. 144).

O Museu da Inconfidência, em específico, para além da Inconfidência Mineira, era encarregado de apresentar a vida da sociedade mineira no século XVIII, ambientalizando o visitante no universo cultural e simbólico no qual o Brasil surgia como nação.¹⁰ A instituição

¹⁰ A sociedade mineira setecentista é considerada pelo SPHAN como o contexto de surgimento dos traços artísticos e culturais genuinamente nacionais, compreensão está profundamente influenciada pelas ideias de Afonso Arinos, estruturantes de seu ciclo de palestras ministradas ao corpo técnico do SPHAN no final da década de 1930, e transformadas em 1944 em livro, lançado com o título de “*Desenvolvimento da Civilização Material no Brasil*”. A este respeito, para além da própria obra, ver mais em CHUVA, Márcia (2012), “Por uma

nasce com a prerrogativa de representar a formação de Minas Gerais, tendo como principal diretriz o entendimento da Inconfidência como movimento predecessor da Independência brasileira, símbolo da liberdade e de valores republicanos personificados na figura do mártir Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes. O personagem, como já demonstrado por José Murilo de Carvalho (1995), é recuperado já na Primeira República e transformado em totem cívico nacional, um herói idealizado que fomentava afetividades marcadas pela religiosidade cristã em torno de uma liberdade limitada a classes específicas do tecido social brasileiro.

À vista disso, compreende-se os usos da Inconfidência Mineira como consequência de uma privatização do passado (Freixo, 2019) posta em prática pela elite intelectual, política e econômica brasileira. O que Freixo entende por privatização do passado, portanto, diz respeito ao domínio simbólico da narrativa histórica por estes, utilizando o passado enquanto patrimônio identitário exclusivo de determinados segmentos sociais e o mobilizando para legitimar a violência. Trata-se, assim, de um uso político da história que impede o exercício da memória crítica e a escuta das vozes subalternizadas, perpetuando desigualdades e definindo potenciais emancipatórios. Tal processo se alinha igualmente ao que Cida Bento (2022) define como pacto da branquitude, uma série de acordos não verbalizados que acabam por atender aos interesses das pessoas brancas, realizando a manutenção de seus privilégios na engrenagem econômico-social. Nesse sentido, o patrimônio consagrado se converte em símbolo valoroso de um racismo institucionalizado, fundante de uma comunidade imaginada (Anderson, 2008) brasileira na qual a população preta é diligentemente apagada.

Para além dos títulos recebidos ao longo do século XX e do protagonismo político que obteve no campo do patrimônio e na construção de uma identidade brasileira, a cidade de Ouro Preto tornou-se a grande protagonista da expografia do Museu da Inconfidência após a última reformulação da exposição de longa duração, realizada no ano de 2006. Com o primeiro andar do Museu dedicado quase em sua totalidade a narrar o desenvolvimento da cidade, pode-se dizer que a exposição de longa-duração corresponde a um circuito narrativo fechado, partindo da chamada sala “Origens” e encerrando na sala “Império”. Composto

história da noção de patrimônio cultural no Brasil”, *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 34, p. 147-165.; **FONSECA, Maria Cecília Londres (2005)**, *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*, 2. ed., Rio de Janeiro, Editora UFRJ, MINC - IPHAN.; **FONSECA, Maria Cecília Londres (2001)**, “A invenção do patrimônio e a memória nacional”, in BOMENY, Helena Maria Bousquet (Org.), *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*, Rio de Janeiro, FGV.; **FILHO, Ezequiel Barel (2013)**, *Lúcio Costa em Ouro Preto: a invenção de uma "cidade barroca"*, Coimbra, Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra; **NATAL, Caion Meneguello (2007)**, *Ouro Preto, a construção de uma cidade histórica, 1891-1933*, Dissertação de Mestrado, Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

atualmente por oito salas — Origens, Construção Civil, Transportes, Mineração, Inconfidência, Panteão, Vida Social e Império —, o primeiro andar é descrito em sua concepção geral como narrador da evolução da infraestrutura da cidade de Ouro Preto, de modo que o MIn¹¹ pode ser apreendido em sua completude apenas a partir da conjunção entre a conspiração colonial que o nomeia e o cenário no qual esta estava inserida. Sendo assim, os objetos cumprem a função de testemunha material da evolução do conjunto urbano responsável por gestar o que é reivindicado como o primeiro grito pela liberdade em terras brasileiras, a Inconfidência Mineira. Museu e cidade são, por consequência, intrinsecamente ligados.

O percurso, portanto, consagra uma concepção linear, evolutiva e progressista da história do município, numa evidente tentativa de comprovar o avanço civilizacional inaugurado com a chegada dos primeiros bandeirantes na região. À vista disso, convém ressaltar certa fetichização do objeto como prova de desenvolvimento (Vergès, 2023, p. 226), além da estreita relação entre a noção de progresso e da violência sistêmica, num processo de hierarquização e outremização dos sujeitos. Dessa forma, a narrativa estabelecida na expografia do MIn pode ser apreendida pela chave do elogio à colonização, se tornando, como definido por Nila Rodrigues Barbosa, “lugar para o branco, colonizador, senhor de escravizados e não lugar para negros, libertos e até mestiços.” (Barbosa, 2018, p. 122)

Diante disso, entendemos que o título dado pela Unesco ao Museu da Inconfidência, como lugar na Rede de Lugares Históricos das Rotas dos Povos Escravizados, deriva do fato do museu narrar a história do surgimento e ascensão da importante vila da América portuguesa que, de acordo com Eduardo França Paiva (2001), foi o lugar no Brasil que mais recebeu negros escravizados durante o século XVIII. Sobre o território, Paiva aponta que

Durante o século XVIII, boa parcela do tráfico interno foi direcionada para a região de Minas Gerais, que chegou ao final do setecentos com as maiores populações escravas e libertas da colônia. Para a área de mineração foram levados ainda muitos escravos nascidos no Brasil, além de homens e mulheres livres e forros que para lá encaminharam-se. Inicialmente, o maior chamariz era o Ouro, mas rapidamente passou a ser a economia dinâmica e diversificada que se desenvolverá na capitania, aliada a uma malha urbana bastante extensa e a importantes áreas de agropecuária, como já demonstrei em capítulo precedente. A mobilidade física e cultural constituiu-se, a partir daí, em características basilar dessa sociedade. O encontro de tradições culturais muito diferentes ocorreu intensamente e assumiu dimensões extraordinárias. A população mestiça era grande, e o hibridismo cultural atingiu todos os grupos sociais, embora a impermeabilidade de certos

¹¹ Museu da Inconfidência.

costumes também se fizesse presente, ainda que camuflada. Enfim, formara-se nas Minas setecentista um quadro social propício à efervescência cultural, à formação de pecúlio pelos escravos, à compra de alforria e até mesmo à ascensão econômica de forros e forras mais perspicaz e com mais sorte. E essa situação existiu desde as primeiras décadas de ocupação da região (Paiva, 2001, p. 219).

Portanto, partindo do título recebido pela instituição, compreendemos que mais do que a valorização da narrativa proposta pelo museu, a titulação atua como incentivo para que algumas reflexões sejam construídas acerca da forma através da qual o museu representa os povos escravizados, suas agências, lutas, resistências, conquistas e subjetividades, de forma dialógica e simbiótica com a história da cidade de Ouro Preto. Compondo agora a Rede de Lugares de História e Memória ligados à Escravização e ao Tráfico de Escravos da Unesco, torna-se cada vez mais imperativa a indagação sobre a maneira que esses povos e seus descendentes estão sendo representados nas salas do museu. Como a escravidão e a resistência à ela são apresentadas? Como esses indivíduos se relacionam com o desenvolvimento da colonial Vila Rica? De que forma essa representação estabelece a fronteira entre o que se lembra e o que se esquece dentro do museu?

A fronteira entre o que se lembra e o que se esquece: o não-lugar e o imaginário tronco no Museu da Inconfidência (Ouro Preto, MG)

Ao se tratar da presença da história e cultura afro-brasileira nos museus históricos nacionais, é perceptível um déficit que silencia e invisibiliza a agência histórica de grupos e indivíduos negros (Abreu, 2023, p. 07). Tendo isso em vista, a historiadora Nila Rodrigues Barbosa expõe que, sendo os museus um dos elementos construtores e importantes na consolidação da comunidade imaginada nas mentalidades sociais, a eles é atribuída pelo Estado a criação de referenciais sobre o negro escravizado que se findam na escravidão, negando a eles o estatuto de atores sociais em plena ação na história e na cultura nacional. Por conseguinte, Barbosa ainda sublinha que em paralelo a essa não posição social do negro, os referenciais com base na edificação da identidade europeia para o Brasil são erigidos de forma sistemática nos processos museais (Barbosa, 2018, p. 30).

A invisibilidade acima descrita é refletida na expografia do Museu da Inconfidência e agravada pela adoção de uma narrativa que tem como fundamento a história como progresso, premissa ideológica que oblitera os conflitos e as tensões do processo histórico (Abreu, 2023, p. 11). Nesse sentido, é possível afirmar, seguindo indicações postas por Tony Bennet (1996), que o percurso do primeiro pavimento do Museu da Inconfidência pode ser apreendido como

um mecanismo narrativo do museu que serve de contexto para uma performance que é simultaneamente corporal e mental, na medida em que a narrativa evolutiva por ele reivindicada é determinada espacialmente na forma de uma rota que a/o visitante deve adotar em sua visita. Assim, a visita ao museu funciona e é vivenciada como uma forma de caminhada organizada através do tempo evolutivo — no caso do Museu da Inconfidência, indo das ditas origens ao Império, abarcando o reinado de D. Pedro I e D. Pedro II. Diante disso, o espaço museal é organizado de maneira que os objetos exibidos e a ordem de suas relações entre si oportunizam uma performance na qual uma relação progressiva e civilizatória seja estabelecida para com a/o visitante.

A partir dos anos 60, porém, com o surgimento da chamada nova museologia, percebe-se a elaboração de uma nova atitude em relação aos museus, a partir do entendimento do conhecimento não como algo a ser apresentado, mas sim produzido através da interação. Dessa forma, é sinalizada a passagem da concepção do espaço museal como um teatro da memória para um laboratório da história (Meneses, 1994), ou, como define Duncan Cameron, do templo ao fórum. Para Cameron (1971), o fórum é onde as batalhas são travadas, já o templo é onde os vencedores descansam. Nesse sentido, o Museu da Inconfidência, por nascer como local destinado ao descanso final dos despojos dos inconfidentes, é concebido em sua própria origem como templo. No entanto, reivindicamos a necessidade de transmutá-lo num fórum, num processo que se dedique a debater e evidenciar as relações de poder que produzem narrativas hegemônicas que operam de modo a reforçar identidades homogeneizantes (Abreu, 2023).

Dessa forma, para que a mudança se torne tangível, é preciso primeiramente compreender os mecanismos pelos quais a narrativa opera dentro da expografia do museu. Para tanto, fazemos o uso de dois conceitos que evidenciam estes mecanismos no que tange ao tema da escravidão e os povos escravizados, sendo um deles de Nila Rodrigues Barbosa e outro de Eduardo França Paiva.

Em sua dissertação de mestrado, a historiadora Nila Rodrigues Barbosa desenvolve o conceito de “não-lugar no negro no pensamento museal”, se referindo às lacunas e ausências da representatividade afro e afro-brasileira na narrativa presente em dois espaços museais mineiros: o Museu da Inconfidência(Ouro Preto) e o Museu do Ouro (Sabará). Tratando do Museu da Inconfidência, Nila aponta que

A representação da sociedade do ouro na esfera pública, que acontece no Museu da Inconfidência, resvala no fato de que, quando é transformado em

museu, o prédio da Casa de Câmara e Cadeia é eleito como lugar do herói branco, civilizado e descendente do europeu e nele a representação dos negros é datada no período da escravidão e do barroco mineiro e se faz como representação do incapaz de resistir, posto que sucumbisse à força da metrópole do seu poder, ou sendo mestiço de mulher africana com homem branco tem sua arte (considerada excepcional pela qualidade plástica) creditada à descendência portuguesa. Por esta análise e porque os museus dos quais falamos foram criados pelo SPHAN e ainda, porque este órgão de proteção ao patrimônio cultural e histórico nacional pensava a identidade nacional como descendência portuguesa, estes podem ser considerados museus coloniais (Barbosa, 2012: 51).

Assim, o não-lugar, estabelecido por Nila, sinaliza um processo de reificação dos sujeitos escravizados, reiterando abordagens desumanizantes que não reconhecem a agência dessas pessoas. À vista disso, retoma-se o que Paiva (2012) conceitua enquanto “imaginário tronco” para explorar o que entendemos como uma fronteira a ser transposta no espaço do Museu da Inconfidência. Por esse imaginário o autor entende um “conjunto de imagens, interpretações, valores e juízos (Paiva, 2012, p. 45)” que não correspondem com a polissemia e complexidade do passado escravagista. Dessa forma, o dito imaginário tronco funciona de modo a simplificar os processos históricos relativos a escravidão transatlântica. É planificada, portanto, uma rede dinâmica e multifacetada de mudanças sociais profundas que enredam o Brasil escravista e pós-abolição, estendendo-se até a contemporaneidade. Sobre isso, o autor afirma que

[...] Enquanto nós não nos livrarmos dessa ideia que todos temos lá no fundo, incrustada, de escravo preso a um tronco e apenas isso, nós não conseguiremos enxergar que esses homens e mulheres, escravos e ex-escravos, no passado, foram acima e além de tudo, pessoas e agentes históricos. Eles não nascem escravos. Nascem juridicamente escravos (ou foram escravizados depois). São pessoas, são agentes históricos, são homens, são mulheres, são portadores de culturas, de tradições, de saberes, de desejos e de conflitos emocionais. Muito além de serem escravos, que é uma condição jurídica, sempre tiveram antes uma condição humana. E é isso o que mais importa (Paiva, 2009, p. 45).

Se anteriormente já reivindicamos a representatividade dos povos escravizados na narrativa sobre Ouro Preto no Museu da Inconfidência para além do “imaginário tronco”, a titulação como um dos lugares históricos das Rotas dos Povos Escravizados dada pela Unesco para a instituição coloca um peso ainda maior nesta tarefa. Nesse sentido, é importante ressaltar que, a nova direção do museu, liderada por Alex Calheiros, tem realizado alguns movimentos de abertura e revisionismo de sua expografia. Contudo, mudanças mais

profundas se fazem necessárias para que se possa romper com o não-lugar apontado por Barbosa (2012).

Nessa enseada, faz-se necessário ter em mente que, ao longo do século XX, Ouro Preto protagonizou papel fundamental nas políticas patrimoniais tocadas pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN). Seu conjunto arquitetônico/urbanístico foi tombado como patrimônio nacional em 1938. Sua arquitetura foi considerada símbolo da identidade brasileira e, na década de 1980, foi tombada como patrimônio da humanidade pela Unesco, organização que hoje, no século XXI, estabelece o Museu da Inconfidência como Lugar na Rota dos Povos escravizados. Como buscamos demonstrar, a titulação endossa a demanda de um longo caminho ainda a ser percorrido pela instituição que, em suas últimas posturas, mostra-se aberta para isto. Compreendemos, portanto, o título recebido pelo Museu da Inconfidência como um reflexo desse processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto que dá seus primeiros passos na primeira metade do século XX e se desdobra até a atualidade.

Considerações Finais

Sobre o dito não-lugar estabelecido por Nila, Saidiya Hartman (2021, p. 111) afirma que o sentimento de não pertencer ou ser um elemento estranho está no cerne da escravidão. Por conseguinte, o espaço museal transpõe uma violência do passado, perpetuando-a no presente e, por fim, impossibilitando a imaginação de outros futuros possíveis. Portanto, fazendo uso dos termos de Ariella Azoulay (2024), defendemos a necessidade de potencializar a história e o museu, partindo de uma “desobediência epistêmica e estética no espaço museal” (Mignolo, 2018)

Assim sendo, torna-se, em primeiro lugar, imperativa a identificação dos silenciamentos presentes na expografia do Museu da Inconfidência. Diante disso, postula-se a necessidade de identificar os mecanismos discursivos ali presentes, explíto e implicitamente, que oficializam uma versão nacionalista, branca e elitizada de uma Vila Rica que jamais existiu. Assim, a partir do entendimento da patrimonialização e da musealização como processos que garantem o direito à memória (Considera, 2015), urge uma discussão acerca da valorização da cultura luso-brasileira, em contraponto à uma exclusão e estigmatização da presença de outras culturas enraizadas na cidade de Ouro Preto, como a afro-brasileira e a indígena, a título de exemplo (Viana *et al.*, 2022). Dessa forma, percebe-se a necessidade de se reconhecer novas abordagens possíveis e narrativas contra-hegemônicas, buscando

apreender o Museu da Inconfidência e a cidade-patrimônio de Ouro Preto de forma dialógica, buscando dar o devido protagonismo às questões relativas aos passados socialmente vivos.

Para tanto, utilizando os termos de Duncan Cameron (1971), faz-se necessária a quebra do entendimento do museu como templo, guardião incontestável de verdades absolutas e lacradas pelo sinete colonial de um passado com P maiúsculo, irrevogável e superado. Precisa-se, portanto, fazer do museu um fórum, local dinâmico que, assim como o tempo e seus agentes históricos, se constitui em seu (re)fazer-se contínuo entre historicidades, temporalidades e identidades distintas, num processo complexo de pluralização do espaço museal, pluralidade imprescindível para a reparação.

Assim, através da autoridade e curadoria compartilhada, pode-se igualmente reestabelecer o papel político e social do museu enquanto instituição de memória, perseguindo o vislumbre de um mundo que não seja colonial, distante de todo seu maniqueísmo (Fanon, 2022, p. 37). Postula-se, portanto, o abandono das ferramentas do senhor para a construção de um espaço museal que reconheça a diferença como força crucial (Azoulay, 2024, p. 108). Diante disso, consideramos fundamental a adoção de diretrizes alinhadas à museologia social que leve em consideração a equação cidade-patrimônio-comunidade e a potencialidade da História Pública, por exemplo. Dessa maneira, empreende-se iniciativas que busquem “alcançar a libertação dos corpos, das mentes e mentalidades” (Vergès, 2023, p. 23) enquanto elementos constitutivos de uma cultura histórica plural.

Em vista disso, apontamos a urgência da adoção de montagens polifônicas no espaço museal, que dialoguem com o município e sua comunidade. Assim, como afirma Marcelo Abreu (2023), é possível dizer que partindo de uma abordagem ética, as narrativas são conduzidas para o reconhecimento da diversidade cultural e racial como horizonte possível de igualdade. Substitui-se, deste modo, uma perspectiva que parte da trivialização da escravização para o “desvelamento da escravidão como uma relação complexa que leva a histórias complexas que definiram o presente em suas contradições relativas à raça, desigualdade e promessas não cumpridas de democracia multirracial ou à fantasia enganadora de sociedades pós-raciais” (Abreu, 2023, p. 08).

Dessa forma, acreditamos que o ofício do historiador contemporâneo deve se orientar pela preocupação de romper as fronteiras da história hegemônica, a fim de, bem como Walter Benjamin (2012) aponta em uma de suas teses sobre a História, despertar no passado as centelhas da esperança. Apenas dessa forma faz-se possível a reparação e a justiça de

memória, que não apenas garante segurança aos mortos, mas também restitui a cidadania dos vivos, construindo novas possibilidades de futuro.

Referências

- ABREU, Marcelo. Escravidão, liberdade, narrativas museais e histórias contestadas no Museu Afro Brasil e Museu Nacional de História e Cultura Afro-Americana. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 30, p. 1–17, 2023.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- AZOULAY, Ariella Aïsha. **História potencial**. São Paulo: Ubu Editora, 2024.
- BARBOSA, Nila Rodrigues. Museu e etnicidade – O negro no pensamento museal: Sphan-Museu da Inconfidência – Museu do Ouro Minas Gerais. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.
- BARBOSA, Nila Rodrigues. **Museus e etnicidade**: o negro no pensamento museal. Curitiba: Appris Editora, 2018.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da História. In: _____. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.
- BENNETT, Tony. **The birth of the museum**: history, theory, politics. London: Routledge, 1996.
- BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- BRASIL. Decreto-Lei nº 965, de 2 de dezembro de 1938. Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto, e dá outras providências. Coleção de Leis do Brasil, v. 4, 1938.
- BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. **Anais do Museu Paulista**, Nova Série, v. 28, p. 3, 2020.
- CAMERON, Duncan F. The Museum, a Temple or the Forum. **Curator: The Museum Journal**, v. 14, n. 1, p. 11–24, 1971.
- CLIFFORD, James. Museus como zonas de contato. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza; Valquiria Prates. **Periódico Permanente**, n. 6, 2016.
- CONSIDERA, Andrea Fernandes. Direito à memória e Museus. *Museologia & Interdisciplinidade*. Vol. IV, nº 8, dez. de 2015.
- FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de Lígia F. Ferreira; Regina S. Campos. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- FREIXO, A. L. Passados privados, ou privados do passado?: nostalgia, in-diferença e as comemorações do sete de setembro brasileiro. **Revista do NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 59–80, 2019.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Beatriz Sidou. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HARTMAN, Saidiya. **Perder a mãe**: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HALL, Stuart. The question of cultural identity. In: HALL, Stuart et al. (Ed.). **Modernity**: an introduction to modern societies. Oxford: Blackwell, 1996.

JULIÃO, Letícia. **Enredos museais e intrigas da nacionalidade**: museus e identidade nacional no Brasil. 2008. Tese (Doutorado em História) – FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2008.

JULIÃO, Letícia. O Sphan e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 141–161, jan./jun. 2009.

LAMONT, Michèle; MOLNÁR, Virág. The study of boundaries in the Social Sciences. **Annual Review of Sociology**, v. 28, p. 167–195, 2002.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, v. 2, p. 9–42, jul./dez. 1994.

MIGNOLO, Walter. Museus no horizonte colonial da modernidade: garimpando o museu (1992) de Fred Wilson. **Museologia & Interdisciplinaridade**, v. 7, n. 13, p. 309–324, jan./jun. 2018.

NEWMAN, David. Borders and bordering: towards an interdisciplinary dialogue. **European Journal of Social Theory**, v. 9, n. 2, p. 171–186, 2006.

PAIVA, Eduardo França. **Escravidão e universo cultural na colônia**: Minas Gerais, 1716–1789. 1. reimp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

PAIVA, Eduardo França. Os povos das Minas no século XVIII. **Cadernos da Escola do Legislativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 23–55, jan./jun. 2009.

PAIVA, Eduardo França. Trabalho, fortuna e mobilidade de negros, crioulos e mestizos no Brasil do século XVIII. **Portuguese Literary & Cultural Studies**, n. 25, p. 124, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3–15, 1989.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117–142.

RIBEIRO, Isabela Parreira. Ouro Preto: de Monumento Nacional a Patrimônio Mundial. As relações de pertencimento e reconhecimento da comunidade local com a cidade-patrimônio. **Cadernos de História**, v. 23, n. 38, dez. 2022.

ROCHA, A. C. F.; SILVA, L. B. da; ROMAGNOLI, M. C. B. Decolonizar e (re)pensar as narrativas históricas: novas abordagens no Museu da Inconfidência. **Epígrafe**, São Paulo, Brasil, v. 13, n. 2, p. 80–96, 2024.

TROUILLOT, Michel-Rolph. **Silenciando o passado**: poder e a produção da história. Tradução de Sebastião Nascimento. Curitiba: Huya, 2016.

VERGÈS, Françoise. **Descolonizar o museu**: programa de desordem absoluta. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

VIANA, L. C. A.; BRUSADIN, L. B.; BRUSADIN, L. S. P. Inteligência africana presente nas estruturas remanescentes da mineração setecentista de Ouro Preto (MG): uma interface

entre história, patrimônio e turismo. **Labor & Engenho**, Campinas, SP, v. 16, n. 0, p. 1–15, 2022.

Submetido em: 30 jun. 2025

Aceito em: 05 set. 2025